

A Temática da Economia Solidária e suas Implicações Originais para o Campo dos Estudos Organizacionais

Genauto Carvalho de França Filho

Resumo

O presente artigo discute a temática da economia solidária em particular na sua vertente de interpretação baseada em pressupostos da antropologia econômica, tal como vem sendo desenvolvida por alguns autores sobretudo na França que se fundamentam no contexto europeu de manifestação desse fenômeno. O objetivo é identificar as possibilidades dessa abordagem para o campo de estudos organizacionais. Neste sentido, dois aspectos são anunciados no final no texto para maiores desenvolvimentos posteriores. O primeiro no plano da prática organizacional, afetando a dimensão da gestão e, o segundo, relativo ao âmbito da teorização sobre organizações. Neste caso, a desconstrução de uma visão habitual da economia para concebê-la de outra forma, conforme sugere tal abordagem do tema, implica reconhecer o valor e importância de outras racionalidades influenciando diferentes concepções para o agir organizacional.

Abstract

This article intends to discuss the solidarity based-economy subject based on the economic anthropology view as it has been developed by some French authors focusing on the European reality. The article aims in to identify the possibilities of this approach for further research in the organisational studies field. In this way, two aspects are pointed out at the end of the article: the first one concerning to organisational practices affecting the management dimension and the second one relative to the organisational theory level. In this case, the research stresses the rationality issue in organisational action.

Introdução

A temática da economia solidária tem despertado interesse crescente da comunidade acadêmica nos últimos anos. Publicações a respeito já aparecem em diferentes campos disciplinares como economia, sociologia ou administração. Um tal interesse acadêmico parece fazer eco aquele que se verifica na realidade através da iniciativa de diferentes atores associativos, representantes dos poderes públicos e mesmo entidades sindicais, o que leva o tema a ocupar lugar de destaque em certos eventos como foi o caso do recente Fórum Social Mundial realizado em Porto Alegre.

Alternativa real a crescente crise do emprego verificado em diferentes sociedades ou mero paliativo a crise de ajustamento de um sistema capitalista que se renova, diferentes são os diagnósticos acerca do alcance e limites do tema. Diferenças na leitura do tema à parte, um fato merece destaque: tal fenômeno ganha relevância neste novo cenário atual de reconfiguração das relações entre Estado e Mercado, onde desponta com força a idéia de um terceiro setor. Terceiro setor e economia solidária pois, embora pareçam termos correlatos, pertencem à universos semânticos distintos, apontando para não somente diferentes contextos socio-políticos de emergência de cada termo, mas também à interpretações diferentes sobre o papel desempenhado (ou à desempenhar) por estas experiências, e em particular, no que se refere à posição que elas devem ocupar em relação as esferas do Estado e do mercado (França, 2002).

Nos iremos a seguir, num primeiro momento, apresentar essa temática sublinhando em particular sua origem enquanto conceito, seu contexto de emergência enquanto fenômeno e o tipo de problemática que ela suscita. Para concluir esta parte, discutiremos um modo específico de interpretação desse fenômeno a partir de uma perspectiva de antropologia econômica que consideramos fecunda para a apreensão da sua natureza específica. Num segundo momento, discutiremos algumas implicações práticas desse fenômeno propondo uma tipologia sobre suas formas de manifestação na realidade francesa, em particular, e européia mais geral. O objetivo aqui é de discutir alguns limites e desafios enfrentados na prática concreta dessas iniciativas. No final, tentaremos mostrar em que tal abordagem do fenômeno muito parece contribuir para o desenvolvimento deste campo de estudos organizacionais.

As origens de um conceito – alguns marcos teóricos de sua fundação

Enquanto noção ou conceito, o termo economia solidária identifica uma série de experiências organizacionais inscritas numa dinâmica atual entorno das chamadas novas formas de solidariedade. Estas novas formas de solidariedade fazem alusão a iniciativa cidadã em oposição, ao mesmo tempo, as formas abstratas de solidariedade praticadas historicamente pelo Estado, de um lado, e as formas tradicionais de solidariedade marcadas pelo caráter comunitário. Neste sentido, estamos diante de um fenômeno efetivamente inédito, segundo nossa hipótese, pois estas experiências não parecem orientar-se segundo o registro de uma socialidade típica da *Gemeinschaft* (comunidade), princípio comunitário (Tönnies), ou seja, uma socialidade comunitária (Weber), ou ainda, uma solidariedade mecânica característica das sociedades tradicionais (Durkheim). De fato, se um tipo de dinâmica comunitária marca estas experiências, sua expressão não parece identificar-se ao registro de um comunitarismo herdado (conforme nos lembra A.Caillé e J.-L.Laville), “na medida em que ela emana de um comunitarismo muito mais escolhido como referência coletiva à um bem comum do que imposto pelo costume”ⁱ. Além disso, o caráter inédito destas novas formas de solidariedade reside ainda na afirmação de uma tal dinâmica comunitária no seio de uma sociedade onde as relações relevam primeiro de uma solidariedade orgânica (Durkheim) ou da *Gesellschaft* (sociedade), princípio societário (Tönnies), ou ainda da socialidade societária (Weber). Vale ressaltar ainda que este campo da economia solidária circunscreve um universo específico de experiências neste domínio das novas formas de solidariedade.

De modo preciso, o termo economia solidária fora forjado através dos trabalhos de Jean Louis Laville et Bernard Eme na França. Através deste termo, estes autores visavam dar conta da emergência e desenvolvimento recente de um fenômeno de proliferação de iniciativas e práticas socio-econômicas diversas. São as chamadas iniciativas locais na Europa. Elas assumem na maioria dos casos a forma associativa e buscam responder à certas problemáticas locais específicas. Esta expressão economia solidária vem assim, num primeiro momento, indicar, de um lado, a associação de duas noções historicamente dissociadas, isto é, iniciativa e solidariedade. Do outro lado, sugerir (com estas experiências) a inscrição da solidariedade no centro mesmo da elaboração coletiva de atividades econômicas.

Busca-se portanto (através desta noção de economia solidária) uma tentativa de problematização destas novas práticas organizativas à partir de um quadro de referências bem preciso: aquele de uma reflexão sobre as relações entre democracia e economia, que se inspira amplamente dos trabalhos de Karl Polanyiⁱⁱ. Abre-se assim, através dessa noção, uma perspectiva descritiva e compreensivista de pesquisa, reenviando à análise de realizações existentes que, em diferentes partes do mundo, representam hoje milhares de experiências e dezenas de milhares de assalariados e de voluntários implicados (Eme e Laville, 1996).

Contexto e delineamento de um fenômeno

Enquanto fenômeno então, a emergência de uma economia solidária está intimamente ligada a problemática de uma exclusão social crescente (que se define cada vez mais enquanto questão urbana), num contexto atual (isto é, que remonta já a mais de vinte anos) de crise do Estado-providênciaⁱⁱⁱ. A realidade de uma economia solidária vem assim se posicionar num contexto de falência dos mecanismos de regulação econômico-político da sociedade. Estes foram fundados historicamente entorno de duas esferas principais de organização das relações político-econômico-sociais - o Estado e o mercado, encontrando no trabalho, no sentido moderno do termo, ou seja, na relação assalariada, sua estruturação fundamental^{iv}. O fenômeno da economia solidária se apresenta portanto, ao nosso ver, numa perspectiva de busca de novas formas de regulação da sociedade, mesmo que de modo extremamente modesto no momento presente.

Buscando precisar a definição, diria que a emergência de uma economia solidária (ou sua noção) traduz-se por uma florescência de práticas socio-econômicas na Europa visando à propor (à partir de iniciativas locais) serviços de um tipo novo, designado sob o termo “serviços de proximidade” ou “serviços solidários”^v. Foram justamente através dos trabalhos de descrição destas práticas/experiências, articulados a elaboração de um modo de compreendê-las, visando à apreensão da singularidade deste fenômeno, que a noção de economia solidária foi forjada por Laville e Eme.

Assistimos assim, do ponto de vista das implicações organizacionais, ao nascimento de iniciativas locais portadoras de um caráter novo relativo ao mesmo tempo ao seu modo de funcionamento e sua finalidade. Pois, estas experiências reúnem usuários, profissionais e voluntários, preocupados em articular criação de emprego e reforço da coesão social, ou geração de atividades econômicas com fins de produção do chamado liame social (ou dos laços sociais), ou simplesmente geração de atividades econômicas com finalidades sociais.

Situando uma problemática

Dois traços característicos maiores resumem a especificidade dos serviços de proximidade (ou solidários) e posicionam a hipótese da economia solidária enquanto modo de regulação:

- a) hibridação de economias (ou de recursos) - permitindo a perenidade dos projetos criados

pois articulam-se aqui distintas fontes de recursos. Estas são de natureza:

- não mercantil: através de subvenções ou outros financiamentos à atividade oriundos do poder público (qualquer que seja a instância de governo) - recurso ao Estado;
- mercantil: através de venda ou prestação de serviços à particulares (pessoa física ou jurídica) - recurso ao mercado;
- não monetária: através da participação voluntária de certos membros, ou seja, a doação sob a forma material ou humana (doação de tempo, etc.) - recurso à uma lógica recíproca ou uma lógica da dádiva;

- b) construção conjunta da oferta e da demanda - Isto é, os serviços são concebidos e propostos em função de necessidades sociais reais expressadas localmente.

Esta construção conjunta da oferta e da demanda é possível em razão da interação entre os diferentes participantes da iniciativa e os seus estatutos particulares, que podem ser múltiplos (ou difuso), isto é, ao mesmo tempo usuários e assalariados ou usuários e voluntários^{vi}. Daí a ideia de se pensar em termos de espaço público de proximidade como modo de concepção destes serviços - pois debate-se sobre reais problemas enfrentados no

quotidiano da realidade, favorecendo o real exercício de uma dimensão política nestas experiências (Laville, 1997).

A problemática (ou a perspectiva) da economia solidária em termos de novas formas de regulação da sociedade (ainda que de modo modesto) pretende assim se opor a duas formas tradicionais de tentativa de interpretação deste fenômeno:

- 1) aquela que pretende enxergar estas experiências como modos de reativação de formas de socialidade comunitaristas, fortemente marcadas por um caráter de grupo fechado e balizadas pelo peso da tradição dos costumes. Segundo essa visão/leitura, as experiências de economia solidária são identificadas à uma espécie de neodomesticidade; como num retorno desesperado ao passado afim de buscar pistas de solução aos nossos dilemas presentes. Trata-se aqui de uma crítica relativamente comum da parte de certos setores à esquerda no espectro político Europeu, que não vêem uma dimensão política nestas iniciativas socio-econômicas (ou neste fenômeno).
- 2) nem tampouco, este fenômeno não deve ser apreendido sob uma ótica liberal (à direita), ou seja, enquanto possibilidade de se constituir como setor à parte (terceiro), vindo se justapor aos dois outros (Estado e mercado), e buscando corrigir as lacunas por estes deixadas nas suas capacidades à satisfazer necessidades. Dito de outro modo, uma visão funcionalista, que limita a ação da economia solidária em termos de *démarche* funcional. Ela viria, nestes termos, preencher uma função de ajustamento social, constituindo uma espécie de economia subsidiária as formas mercantis e estatistas - papel inclusive que fora aquele ao qual tornou-se historicamente a economia social na França. Papel portanto paliativo ao sistema e que é também aquele do terceiro setor na sua versão americana de interpretação tal como chega ao Brasil atualmente (França, 2002, Nyssens, 2000, Evers, 2000).

Ao contrário, segundo nossa interpretação, as experiências de economia solidária supõem uma articulação específicas entre esferas econômica, social e política - em razão dos diferentes registros de ação ou das diferentes lógicas que atravessam essas experiências. Trata-se portanto de uma forma de economia que ao invés de se constituir como um setor à parte (terceiro), tem muito mais vocação (segundo nossa hipótese) à interagir com as formas econômicas dominantes (Estado e mercado), numa perspectiva de elaboração de arranjos particulares de princípios econômicos diversos, afim de subordinar a lógica mercantil a outros imperativos da ação organizacional ou coletiva - por exemplo, uma dinâmica recíproca ou um projeto associativo.

Uma perspectiva/abordagem original

Uma tal perspectiva representa tarefa difícil nas condições da realidade atual marcadas pela hegemonia do mercado e da racionalidade que o acompanha, e nossa tomada de posição aqui se pretende longe de uma interpretação idealizada destas experiências. Razão pela qual nos a definimos (as experiências de economia solidária) numa busca de equilíbrio, necessariamente frágil e muito difícil, entre estas lógicas distintas que a atravessam. É exatamente esta tensão, poderíamos ainda chamar esta disputa (no sentido político forte da palavra - arendtiano), que constitui (ou que marca) intrinsecamente este fenômeno, segundo nossa leitura. Tensão, que poderíamos resumir, entre três economias (mercantil, não mercantil e não monetária), ou entre duas lógicas (instrumental e solidária ou substantiva), ou ainda, entre diferentes racionalidades da dinâmica organizacional ...

Uma tal perspectiva (da economia solidária) supõe um outro olhar em relação a economia real (seu funcionamento). Não mais a reduzindo ao mercado (como faz a teoria neoclássica), mas enquanto economia plural. Ou seja, uma economia que admite uma pluralidade de princípios do comportamento econômico. Este conceito de economia plural nos permite dar conta de uma ampla dimensão da vida econômica, em especial aquela regida prioritariamente pela solidariedade, esquecida pela teoria econômica convencional, ou neoclássica. Esta dimensão não deve ser desprezada, pois dela depende a sobrevivência de grande parte da população no mundo^{vii}. Pensando (ou compreendendo) dessa forma, encontramos-nos filiado a formulação Polanyiana. Este autor havia já identificado quatro grandes princípios do comportamento econômico (em sua obra *A grande transformação*): o mercado auto-regulado, a redistribuição, a administração doméstica e a reciprocidade. Estes podem se resumir a três formas de economias com o re-arranjo destes princípios econômicos que fora submetido à modernidade através da introdução de um sistema de direito jurídico-político que passa a regular as relações de trabalho (considerado meio fundamental de produção e distribuição de riquezas). Assim temos (de modo esquemático) :

- a) uma economia mercantil - fundada no princípio do mercado auto-regulado. Trata-se de um tipo de troca marcado pela impessoalidade e pela equivalência monetária, limitando a relação a um registro puramente utilitarista, pois neste tipo de troca/relação o valor do bem (que se mede pelo seu preço) funda a lógica do sistema, ao contrário do primado do valor do laço, do liame (ou da relação social) que se busca numa lógica recíproca;
- b) uma economia não mercantil - fundada na redistribuição. Isto é, marcada pela verticalização da relação de troca e pelo seu caráter obrigatório, pois aparece a figura de uma instância superior (o Estado) que se apropria dos recursos afim de distribuí-los;
- c) e finalmente, uma economia não monetária - fundada na reciprocidade. Isto é, um tipo de sistema de relação de trocas orientado segundo a lógica da dádiva, tal como formulada/descrita por M. Mauss. A dádiva compreende três momentos: aquele do dar, do receber e do retribuir. Neste tipo de sistema, os bens circulam de modo horizontal e o objetivo mesmo da circulação destes bens é de perenizar os laços sociais (ou tecer o liame social). A lógica da dádiva obedece à um tipo de determinação social específica, pois ao mesmo tempo livre e obrigado, a doação (ou esse registro de lógica) é essencialmente paradoxal^{viii}.

Esta apresentação de forma esquemática tem muito mais um objetivo pedagógico no sentido de explicitar as diferentes registros de comportamento econômico que estão em jogo dentro da chamada atividade econômica. Na prática, pois, não somente as economias de mercado não são apenas mercantis, como também sua própria prosperidade repousa sobre os pólos não mercantil – notadamente, sobre todas as infra-estruturas financiadas pelos poderes públicos – e não monetário (também chamado pólo recíproco), isto é, sobre as relações familiares, de vizinhança, associativas, etc., que contribuem de modo central com o processo de socialização dos indivíduos o qual beneficia, por exemplo, o tipo empresa de organização.

Tal tipo de argumentação permite ainda ultrapassar a idéia de economia de mercado como fonte única de riqueza, como também, condenar a redução das demais dimensões econômicas à condição de formas parasitárias desta última. Esta visão mais larga da economia implica pois enxergar estes três pólos na sua complementaridade, enquanto ao mesmo tempo, criadores e consumidores de riqueza. Nesta maneira de olhar a economia, sua redução à idéia exclusiva de mercado tornando-se insustentável, é o mito do progresso, a crença no

crescimento econômico como fonte exclusiva do desenvolvimento e da felicidade que é colocada em questionamento.

Trata-se portanto através da referência a noção de economia plural de se pensar uma outra forma de produção e distribuição de riqueza, isto é uma economia não necessariamente contra o mercado (imaginado-se ingenuamente ou autoritariamente que ele possa ser aniquilado), mas uma economia com mercado, entretanto sob condição que este seja submetido à outros princípios, ou melhor, que ele (mercado) esteja encastrado ou enraizado (*encastré, embeddeness*) junto à outros registros de praticas.

Partindo pois de uma definição da economia solidária como conjunto de atividades contribuindo a democratização da economia à partir de engajamentos de cidadania (Laville, 1999), o desafio que se coloca a este fenômeno, ao nosso ver, não é, pois, aquele de um substituto da ação estatista – como numa perspectiva filantrópica, por exemplo – sintomática de um processo de desregulação da economia. Mas, ao contrário, seu objetivo é muito mais aquele de uma articulação junto a esfera publica afim de produzir um reencastamento da economia num projeto de integração social e cultural. É neste sentido que consideramos que a economia solidária se apresenta como emanção de ações coletivas buscando a instauração de novos modos de regulação, tanto ao nível internacional quanto ao nível local, afim de completar as regulações nacionais ou suprir as suas faltas.

A economia solidária do ponto de vista da sua prática cotidiana no contexto europeu: dilemas e desafios

Neste momento cabe destacar, de modo mais preciso, como tal conceito ou abordagem se verifica (ou se manifesta) em termos da realidade concreta das organizações e quais dilemas e desafios se defrontam tais iniciativas – na sua prática cotidiana. Para cumprir tal objetivo e por razões meramente didático-pedagógicas faremos uso do recurso tipológico. Propomos pois, à seguir, uma tipologia de apreensão do fenômeno da economia solidária numa realidade específica - levando-se em consideração que estamos diante de um movimento multiforme de experiências. Segundo nossa abordagem, em se tratando da França (o que reflete uma tendência européia mais geral), existem quatro formas principais de manifestação de uma economia solidária (França, 2001)^{ix}. São quatro universos de experiências, que denominamos como : o comércio justo, a finança solidária, a economia sem dinheiro e as empresas sociais. Esta tipologia se apoia fundamentalmente sobre o critério da similaridade de certas atividades. Vale lembrar que, do ponto de vista do estatuto organizacional, a forma principal de expressão destas experiências é o modo associativo (ou associativista), cabendo ainda algumas delas sob o registro cooperativo (ou cooperativista).

a) O comercio justo

Este fenômeno participa da ambição de se construir uma solidariedade internacional, refletindo assim a certas preocupações em torno das possibilidades de instauração de uma regulação internacional fundada sobre novas relações econômicas e comerciais. O seu objetivo é de estabelecer relações comerciais mais justas entre países do Norte (consumidores em particular) e certos produtores do Sul. A esta finalidade se acrescenta uma outra - relevando mais do registro de uma pedagogia política: aquela de constituição de uma rede de consumidores capaz de sensibilizar a opinião publica acerca das condições de injustiça das regras do comercio internacional, empreendendo-se assim ações (sob a forma de campanhas, manifestações, etc.) junto a grandes instâncias institucionais de decisão em matéria política e econômica.

As organizações do comercio justo estabelecem pois contratos com organizações de pequenos produtores (organizados em cooperativas) para a compra e venda de produtos (em geral produtos agrícolas ou artesanais). A idéia é de encontrar canais de distribuição para o

escoamento daquela produção a um preço considerado justo para o pequeno produtor. Busca-se assim eliminar ao máximo o número de intermediários entre o produtor e o consumidor.

Herdeiro do antigo comércio alternativo, que funcionava como uma espécie de rede paralela de solidariedade para a distribuição de produtos terceiro-mundistas na Europa, o comércio justo evoluiu através de um processo de labelização (ou patentiamento) de certos produtos^x. Entre os quais, o exemplo mais conhecido hoje talvez seja aquele do café *Max Havelaar*.

O desenvolvimento deste campo do comércio justo hoje implica a necessidade de distinguir-se entre as experiências que limitam o seu universo de distribuição às redes das assim chamadas “*boutiques* associativas” ou “armazéns do mundo” - que são lojas (associativas) de venda desses produtos (como é o caso da rede *Artisans du Monde* na França) -; e aquelas que se abrem sobre os grandes canais de distribuição, ou seja, às grandes cadeias de supermercados.

O processo de labelização (patentiamento) de produtos, e sua consequente entrada no âmbito da distribuição de massa muito influenciou o aumento das vendas dos chamados “produtos equitáveis”, trazendo para este universo de experiências certas lógicas funcionais que passam também à interagir na dinâmica dessas formas de organização.

Observa-se assim que, entre dimensão socio-econômica e dimensão política, a prioridade do comércio justo implica tanto atividades de trocas comerciais (mais ou menos abertas sobre a grande distribuição, e mais ou menos importantes segundo o volume das transações) quanto uma pedagogia política. Este campo de experiências aparece assim marcado (segundo nossa leitura) por uma tensão entre lógicas distintas enviando na realidade dessas experiências ao conflito opondo certos imperativos funcionais (impostos pela necessidade de aumento das vendas dos produtos como consequência da sua abertura sobre a grande distribuição) à necessidade de afirmação do sentido do projeto pela sua contribuição com a mudança das condições de injustiça da realidade do comércio mundial - numa perspectiva de conscientização do consumo.

b) A finança solidária

Neste universo consideramos um conjunto de experiências - também conhecidas sob outras apelacões (micro-crédito, poupança solidária, micro-finança, finança de proximidade, etc.) - que participam da construção de um outro tipo de relação com o dinheiro. O objetivo da finança solidária, dito de modo simplificado, é o de permitir à pessoas excluídas do sistema bancário de criar seu próprio emprego. O desafio portanto, deste campo de experiências, gira em torno da necessidade de democratização do acesso ao crédito, que vem fazer face ao problema da seletividade neste acesso, e sua consequente limitação de oferta, ligadas a busca de rentabilidade das instituições financeiras.

Mas, para além de uma questão de democratização do acesso ao crédito, é também (e sobretudo) toda uma preocupação com a chamada utilidade social do investimento financeiro que esta em jogo, orientando este campo de iniciativas. Trata-se assim, com estas experiências, de afirmação de uma finalidade de aplicação ética do dinheiro na direção daqueles projetos articulando por exemplo um trabalho de luta contra à exclusão, de preservação ambiental, de ação cultural, de desenvolvimento local, etc..

Os exemplos de iniciativas de finança solidária apresentam uma grande variedade. Citemos na França o caso das CIGALES (“clubes de investidores para uma gestão alternativa e local da poupança”), articulados em rede. Estas associações mobilizam uma poupança de proximidade (à partir de seus membros associados) que é investida em projetos locais visando o reforço do tecido econômico local e dos laços sociais. Trata-se de fomentar o desenvolvimento e criação de pequenas empresas da região. A prioridade do investimento é acordado, em geral, ao aspecto local e ao caráter de utilidade social da empresa, mas cada

clube possui sua autonomia de decisão. As Cigales funcionam então como uma espécie de sociedade de capital de risco solidário de proximidade. Além deste gênero de iniciativa (onde inúmeros outros exemplos são à considerar), este campo da finança solidária compreende ainda várias outras práticas, como o caso dos fundos de aplicação éticos ou solidários, já oferecidos mesmo por certos bancos tradicionais. Neste caso, o poupador renuncia a uma parte da remuneração da sua poupança em nome da utilidade social do investimento que é feito. De experiências, na grande maioria dos casos à pequeno porte, assiste-se hoje neste campo da finança solidária, ao aparecimento cada vez maior de grandes instituições de crédito solidário^{xi}.

Pela diversidade de experiências, este campo apresenta-se bastante heterogêneo quanto ao conteúdo das iniciativas, implicando o que consideramos aqui como um risco liberal. Ou seja, algumas experiências de finança solidária apresentam uma certa vulnerabilidade no sentido da possibilidade de sua apropriação sob a ótica de uma discurso liberalizante do ponto de vista econômico. Pois, a concentração da ajuda sobre empreendedores individuais, como acontece em algumas experiências^{xii}, pode conduzir a uma situação onde antigos assalariados transformam-se em novos terceiros sub-contratantes. Trata-se aqui de uma evolução instrumental, afetando a dinâmica das relações trabalhistas, que é acentuada pela moda do micro-crédito junto as grandes instituições financeiras internacionais que defendem a multiplicação de micro-empresas independentes como alternativa positiva às regras protetoras do contrato assalariado. A distinção, pois, da perspectiva da finança solidária em relação à abordagem liberal se situa sobre dois pontos: nestas experiências, de um lado, a seleção dos projetos à investir é fundado sobre critérios de utilidade social; e, do outro lado, uma ênfase é colocada sobre a importância do acompanhamento do projeto após seu início.

Observamos assim, à imagem da própria dinâmica mais geral da economia solidária (tal como a definimos nas páginas precedentes), que o universo da finança solidária se posiciona numa imbricação entre três economias. Neste campo tão diverso e complexo, certas experiências parecem mais próximas do setor bancário (mercantil), mantendo com ele relações de parceria privilegiadas para encontrar o essencial dos seus recursos; outras assemelham-se mais à uma iniciativa para-pública - tal é a intensidade da relação com o pólo não mercantil, onde os subsídios públicos são vitais para a sobrevivência da associação; outras experiências ainda parecem situadas numa posição mais equilibrada entre os três pólos (posição sempre difícil de manter), nutrindo o essencial dos seus recursos numa dinâmica recíproca.

Assim, a eficácia e vitalidade destas experiências se desenrola numa relação de interdependência frequentemente conflituosa, devido ao difícil exercício de uma parceria envolvendo diferentes lógicas de ação e mobilizando diversas formas de legitimidade. Para a maioria das experiências de finança solidária então, o desafio se coloca em termos de sua autonomia e preservação do projeto inicial, face as injunções do mercado e dos poderes públicos. Pois, elas são conscientes de certas derivas históricas dos setores mutualistas e cooperativistas (símbolos da economia social na França), que se tornaram na prática verdadeiras grandes empresas convencionais - altamente tecnoburocráticas.

c) A economia sem dinheiro

Tratam-se aqui de iniciativas participando à criação de formas alternativas de trocas ou intercâmbios econômicos (em relação aqueles praticados segundo uma lógica de mercado). Elas se situam numa escala local e se articulam em redes como modo de organização territorial afim de fazer face ao fenômeno da exclusão social.

Três tipos principais de experiências desenham este campo: a autoprodução coletiva; os sistemas de trocas locais - chamados na França de *systemes d'échanges locaux* (SEL), e mais conhecidos através das experiências anglo-saxônicas denominadas *local exchange*

trading system (LETS), mas, também conhecidos como *tauschring* na Alemanha, ou ainda, como *redes de economia local* (REL) na Itália -; e, as redes de trocas recíprocas de saberes, conhecidas na França como *réseaux d'échanges reciproques de savoirs* (RERS).

Um SEL ou LETS consiste numa associação de pessoas (que atinge em certos casos centenas, e mesmo milhares de associados) para trocar de outro modo, em relação a forma mercantil, bens e serviços. O conjunto dos intercâmbios é contabilizado pela associação com o auxílio de uma moeda fictícia, e as dívidas são reguladas (mas jamais eliminadas) através de um sistema de compensação. A natureza das atividades ou bens trocados é bastante diversa: guarda de crianças, aulas (língua, cozinha...), serviços de reparo em geral (em marcenaria, encanamento, eletrônica...), produtos artesanais, objetos usados, serviços de jardinagem ou domésticos, empréstimo de ferramentas, etc..

A origem destas experiências remonta a 1976, na cidade de Vancouver, no Canadá. Rapidamente, estas experiências se espalharam, principalmente em países como Estados Unidos, Inglaterra e Austrália. Esta origem está relacionada a contextos de crise econômica aguda (fechamento de fábricas, etc.), acompanhada pelo aparecimento de múltiplas experiências cooperativistas e comunitárias. Na França, o primeiro SEL foi criado em Lyon, em 1994. Estima-se hoje que há mais de mil experiências como esta no mundo.

O SEL ou LETS não provém de uma forma de troca mercantil, pois trata-se de um somatório de trocas (relações) bilaterais contabilizados numa perspectiva de compensação multilateral, e não instantânea, das dívidas que devem durar no tempo. O sentido mesmo do sistema é fomentar uma dinâmica de dívidas e créditos a favor de uma perpetuação das relações sociais^{xiii}. Este mesmo impulso recíproco pode ser encontrado também nas experiências das Redes de trocas recíprocas de saberes (RERS). Todavia, diferentemente dos LETS, nestas iniciativas, a regulação das dívidas (também nunca eliminadas) se opera no quadro da própria bilateralidade da troca (sempre não instantânea), e não mais na multilateralidade das trocas relacionada a totalidade associativa. Por outro lado, nestas experiências não se adota moeda local. Trata-se de trocas diretas de um saber contra um outro. Estas experiências, que visam igualmente à alimentar as relações sociais (o laço social), emergiram na França em meados da década de 70, para se estender em seguida à outros pontos da Europa. Contam hoje mais de 40.000 pessoas envolvidas.

Estas experiências mais parecem assim participar à um objetivo de construção de uma cultura da reciprocidade. Esta última pode ser definida como "uma tentativa de reequilíbrio permanente", numa perspectiva de encontro coerente entre alteridade e igualdade : "ela é uma tensão permanente, construtiva e cognitiva"^{xiv}. A singularidade destas experiências em relação à certas atividades ilegais, ou mesmo, a simples "viração" entre família ou entre amigos, reside portanto na sua inscrição no espaço público - exprimindo uma forma de solidariedade voluntária e um modo de relação igualitário entre os membros da associação.

Este campo da economia solidária apresenta assim uma característica fundamental em relação aos demais, referindo-se ao papel decisivo do pólo não monetário. A expressão mais afirmada de uma lógica recíproca nestas experiências não significa sua assimilação à uma espécie de revivescência de formas antigas de solidariedade comunitária, em razão do seu caráter democrático e da sua inscrição no espaço público. Em função do deslocamento do pólo econômico dominante neste caso (do não mercantil para o não monetário), este campo está sujeito a emergência de certos conflitos cuja natureza muda em relação a clássica confrontação Estado *versus* mundo associativo - que é particularmente marcante na França.

d) As empresas sociais

Considerar a idéia de empresa social enquanto categoria tipológica aqui pode parecer redundante. Pois, de fato, são também, poderíamos assim chamar, empresas sociais que

participam da finança solidária ou do comércio justo. Entretanto, pretendemos com este termo aqui nos referir a um certo número de experiências de empreendedorismo social voltadas para atividades bastante variadas.

Mas, o que chamamos aqui efetivamente de empresa social? Uma primeira compreensão deste termo sugere a ideia de organizações privadas desenvolvendo atividades comerciais, mas a finalidade social. Essa primeira aproximação do objeto nos parece um tanto quanto superficial, não nos permitindo aceder à natureza complexa deste fenômeno. De modo mais rigoroso, duas definições principais se sobressaem no inventário da literatura sobre este assunto, segundo Clément e Gardin (1999), apontando assim para duas abordagens distintas: a primeira é fruto das pesquisas realizadas pela OCDE e a Segunda origina-se nos trabalhos da rede E.M.E.S. (*Emergence of European Social Enterprises*)^{xv}.

Segundo a primeira definição, "a empresa social faz referência a toda atividade privada de interesse geral, organizada à partir de uma *démarche* empresarial e não tendo como razão principal a maximização do lucro mas a satisfação de certos objetivos econômicos e sociais, assim como, a capacidade de dispor, pela produção de bens e serviços, de soluções inovadoras aos problemas de exclusão e de desemprego"^{xvi}.

A segunda definição (pela qual nos sentimos mais próximos aqui) sublinha o caráter original deste tipo organizacional, considerado como posicionado numa encruzilhada de lógicas diversas^{xvii}. De um lado, se o poder não se funda sob a detenção do capital, em contraste vis-a-vis à lógica de uma empresa convencional, entretanto, ela desenvolve trocas comerciais. Do outro lado, se o seu grau de autonomia permite distingui-la de uma empresa pública, porém, ela beneficia, na maioria dos casos, de subsídios dos poderes públicos. Inclinando-se sobre a organização socio-econômica dessas empresas sociais, à partir da ideia de interação entre diferentes registros do comportamento econômico, ou três pólos (mercantil, não mercantil e não monetário), estes trabalhos procuram afinar sua caracterização. Dois aspectos são sublinhados:

- No que se refere à natureza das propriedades, uma multiplicidade de atores pode participar da estrutura de poder (assalariados, usuários, voluntários), e seus papéis apresentam um caráter difuso, aproximado-se assim do conceito de *multiples stakeholders enterprises*^{xviii};
- No que se refere aos objetivos organizacionais, a finalidade de uma empresa social é posta em termos de serviço à coletividade, "seja através de externalidades positivas que ela produz e/ou acesso equitável ao serviço que ela desenvolve" (Clément e Gardin, 1999). O que traduz o caráter de utilidade coletiva ou de utilidade social próprio a este tipo de iniciativa, justificando inclusive a natureza específica de sua propriedade (ou do seu poder), isto é, aberta a participação de atores organizacionais à estatuto múltiplos.

As empresas sociais em geral fazem objeto de um interesse particular da parte do poderes públicos na Europa, que enxergam nestas experiências, muitas vezes, formas privilegiadas de potencialização de certas políticas sociais. Muitas delas são objeto de parcerias importantes com os poderes públicos. O grande desafio dessas formas de organização se coloca assim em termos de preservação do seu funcionamento democrático (que se encontra intimamente ligado ao grau de autonomia da experiência) face os riscos de instrumentalização institucional. Ou seja, diante das injunções do Estado e do mercado, o desenvolvimento das empresas sociais às coloca permanentemente em confrontação diante do risco de isomorfismo institucional. Isto é, a tendência ao rebatimento do modo associativo sobre um funcionamento de empresa privada ou de serviço público.

Dito de outro modo, uma tendência à profissionalização da gestão das associações, em termos tecnoburocráticos, acompanha um certo nível de crescimento atingido, implicando a submissão da dimensão de projeto associativo (autônomo e espontâneo) aos imperativos funcionais (uma lógica instrumental), fundada sob um modo formal de gestão e a busca de resultados passíveis de quantificação. O isomorfismo institucional é apenas uma conseqüência (em deriva), entre outras possíveis, da tensão dialética característica destas formas de organização, atravessadas por lógicas diversas. Pois elas são, na maioria das vezes, ao mesmo tempo fundadas sob o registro de uma iniciativa cidadã (baseada em ideais de autonomia) e modelizadas no quadro de certas políticas públicas (experiências instrumentalizadas). A tensão será mais ou menos forte segundo o tipo de organização, assim como, segundo o seu contexto de inserção, ou seja, as características do seu meio ambiente político.

Concluindo ...

Observa-se assim, através desta diversidade de experiências o projeto de uma economia solidária hoje desenhando-se num movimento multiforme de experiências^{xix}. Seu ponto comum assinala a necessidade de recomposição das relações entre economia e sociedade, traduzindo-se assim sua preocupação atual diante da tendência acelerada de mercantilização da sociedade promovida por uma certa hegemonia do pensamento neo-liberal. Na prática a hibridação de princípios econômicos que se realiza através destas experiências aponta caminhos fecundos do ponto de vista de uma ação organizacional cujo horizonte possa ultrapassar objetivos puramente econômicos. Múltiplas possibilidades de parceria entre agentes da sociedade e poderes públicos nos aparecem possíveis através deste fenômeno, sempre atento a perspectiva de preservação da autonomia dos projetos.

Duas implicações dessa discussão para o campo dos estudos organizacionais nos parecem centrais nesta primeira abordagem do tema, devendo merecer pois maiores aprofundamentos posteriores. A primeira situa-se no plano da prática organizacional e diz respeito ao seu modo de gestão. Como pensar a gestão dessas formas de organizações que tentam conciliar no âmbito da dinâmica organizacional lógicas tão diversas ? Quais contornos específicos deve assumir um modo de gestão organizacional que não desprezando o peso da dimensão econômica, subordina sua racionalidade técnica às finalidades sociais ou ao projeto político da organização ? Como a gestão pode garantir uma certa perenidade ao projeto organizacional neste jogo de equilíbrio em tensão entre lógicas tão distintas diante do caráter (sabemos) antropofágico da racionalidade utilitária ? Um esboço de resposta a tais questões nos parece começar a desenhar-se através da idéia de gestão social. Se esta, no lugar de ser tratada como mais um modismo em administração, for considerada como uma concepção de gestão que ao passo que reconhece e incorpora a importância da dimensão estratégica na ação organizacional busca valorizar a finalidade e sentido público desta ação.

A segunda implicação situa-se no plano da teorização sobre organizações, com efeitos diretos sobre o campo da análise organizacional. Na abordagem apresentada, ao desconstruir-se o entendimento convencional (ou neoclássico) da noção de economia, que a reduz a idéia de mercado auto-regulado, recoloca-se os termos do debate acerca do trabalho produtivo nas organizações. O que significa reconhecer por exemplo que os resultados e o próprio sentido da eficiência organizacional não mais aparece como um dado puramente técnico, instrumental, seguindo portanto os parâmetros de uma racionalidade utilitária. Mas, a eficiência organizacional passa a depender também de uma avaliação acerca da qualidade intrínseca das ações empreendidas (e não pura e simplesmente o seu maior ou menor concurso para a realização de objetivos materiais pré-fixados). Isto significa considerar um componente ético nesta ação ou visão. Uma ética aqui que resgata a importância da finalidade pública da ação organizacional, voltando-se a busca de uma real satisfação das pessoas implicadas na organização, tanto aquelas atuando diretamente como membros internos quanto aquelas que

são beneficiárias desta ação. Tal discussão resgata portanto, através de exemplos de experiências concretas, a importância do debate acerca da racionalidade no campo dos estudos organizacionais, para relembrar uma preocupação que sempre se fez presente em alguns cientistas sociais, entre os quais destacaríamos Guerreiros Ramos, isto é, aquela de que a vida humana associada é muito mais complexa, não podendo reduzir-se à um princípio utilitário – como pretende a perspectiva funcionalista de entendimento das organizações amplamente apoiada pela teoria econômica convencional.

Referências bibliográficas

- BORZAGA, C. e MITTONE, L., The multistakeholders versus the non profit organization, University of Trento, draft paper n.7, 1997.
- CAILLE, A., Critique de la raison utilitaire, coll. Agalma, La decouverte, Paris, 1989.
- _____, Don, intérêt et désintéressement - Bourdieu, Mauss, Platon et quelques autres, coll. Recherches, série Bibliothèque du MAUSS, La Découverte, Paris, 1994.
- _____, CASTEL, R., Les métamorphoses de la question social – une chronique du salariat, Fayard, Paris, 1995.
- CLEMENT, H. e GARDIN, L., L'entreprise social, coll. Les notes de l'Institut Karl Polanyi, Thierry Quinquenton éditeur, Domont, France, 1999.
- DONZELOT, J. e ROMAN, J. (org.), Face à l'exclusion : le modèle français, Esprit, Paris, 1991.
- DONZELOT, J. e ESTEBE, P., L'Etat animateur - essai sur la politique de la ville, Esprit, Paris, 1994.
- EME, B. e LAVILLE, J.-L. (org.), Cohésion social et emploi, coll. Sociologie économique, Desclée de Brouwer, Paris, 1994.
- _____, “Economie plurielle, économie solidaire : précisions et compléments”, in La revue du MAUSS semestrielle, n.7, Paris, 1996.
- EVERS, A., “Les dimensions sociopolitiques du tiers secteur – Les contributions théoriques européennes sur la protection sociale et l'économie plurielles”, In: Revue Sociologie du Travail, n.04, v.42, octobre-décembre 2000.
- FRANCA, G.C. e DZIMIRA, S., “Economia solidária e Dádiva”, in Organizações e Sociedade, v.6, n.14, Salvador, 1999.
- _____, Don et économie solidaire – esquisse d'une théorie socio-économique de l'économie solidaire, coll. La petite bibliothèque du MAUSS, Paris, 2000.
- FRANCA, G.C., Sociétés en mutation et nouvelles formes de solidarité: le phénomène de l'économie solidaire en question – l'expérience des régies de quartier au carrefour de logiques diverses, These de Doctorat, Université Paris VII, Janeiro 2001.
- _____, “Esclarecendo terminologias: as noções de terceiro setor, economia social, economia solidária e economia popular em perspectiva”, In: Revista de Desenvolvimento Econômico, Salvador, ano IV, n.07, Janeiro 2002.
- GUERIN, H. e VALLAT, D., Les finances solidaires, coll. Les notes de l'Institut Karl Polanyi, Thierry Quinquenton éditeur, Domont, Paris, 1999.
- HEBER-SUFFRIN, C., Le savoir, la reciprocité et le citoyen, Desclée de Brouwer, Paris, 1998
- INSEL, A., “La part du don, esquisse d'évaluation”, in La revue du MAUSS semestrielle, n.01, Paris, 1993.
- LAVILLE, J.-L., Les services de proximité en Europe, Syros, Paris, 1992.
- _____, “Economie et solidarité: esquisse d'une problématique”, In: Laville (org.) L'économie solidaire – une perspective internationale, coll. Sociologie économique, Desclée de Brouwer, Paris, 1994.

_____, “La Crise de la condition salariale : emploi, activité et nouvelle question sociale”, in *Le travail, quel avenir ?*, coll. Folio/Actuel, Gallimard, Paris, 1997.

_____, *Une troisième voie pour le travail*, coll. Sociologie économique, Desclée de Brouwer, Paris, 1999.

MAUSS, M., “Essai sur le don. Forme et raison de l’échange dans les sociétés archaïques”, in *Sociologie et Anthropologie*, coll. Quadrige, PUF, Paris, 1950.

NYSSSENS, M., “Les approches économiques du tiers secteur – Apports et limites des analyses anglo-saxonnes d’inspiration néo-classique”, In: *Revue Sociologie du Travail*, n.04, v.42, octobre-décembre 2000.

PESTOFF, V.A., *Beyond the Market and State, social enterprises and civil democracy in a welfare society*, Ashgate, Aldershot-Bookfield USA-Singapore-Sydney, 1998.

POLANYI, K., *La grande transformation. Aux origines politiques et économiques de notre temps*, Gallimard, Paris, 1983.

ROSANVALLON, P., *La nouvelle question sociale - repenser l'Etat-providence*, Seuil, Paris, 1995.

SERVET, J.M. (org), *Une économie sans argent – Les Systèmes d’Echange Local*, Seuil, Paris, 1999.

SERVET, J.M. e VALLAT, D. (org.), *Exclusion et liens financiers – Rapport du Centre Walras 1999-2000*, Economica, Paris, 1999.

ⁱ In prefácio à França e Dzimira (2000).

ⁱⁱ Em especial, *La grande transformation. Aux origines politiques et économiques de notre temps*, Gallimard, Paris, 1983. Nesta obra notável do início da década de 50, Polanyi sustenta que a grande transformação que conhecem as economias ocidentais nos anos 30 reside na reimbrincação da economia no social, pela via da regulação da produção e da circulação de riquezas operada pelo Estado-providência, hoje em crise. A “grande transformação” introduzida pela modernidade, quanto à ela, reside no processo de autonomização do mercado em relação aos demais princípios do comportamento econômico, como a “administração doméstica”, a “redistribuição” e a “reciprocidade”. Esta ruptura produzida pela modernidade é acompanhada de um “desencantamento do mundo”, de uma objetificação das relações sociais, ou ainda, de uma despersonalização das relações econômicas, que o fenômeno da economia solidária visa justamente à tornar mais humanas.

ⁱⁱⁱ A problemática da economia solidária aparece amplamente articulada a realidade da chamada nova questão social nos principais países europeus, como é o caso da França em especial. A esse respeito ver, entre outros, os trabalhos de Donzelot (1991 e 1994), de Rosanvallon (1995), além de França (2001).

^{iv} Poderíamos assim propor a leitura do contexto atual de uma economia solidária em termos de crise do trabalho, ou melhor, em termos dos limites da chamada sociedade salarial, para retomar o diagnóstico de R.Castel (1995). Na leitura de muitos economistas tal situação define-se em termos de crise do chamado equilíbrio fordista.

^v Esse termo faz alusão a um conjunto de serviços, para alguns, outrora unicamente produzido no seio da esfera doméstica, como ajuda a domicílio, jardinagem, consertos domésticos (*bricolage*), etc., e para outros, invenção, como é o caso dos serviços que giram em torno da questão da "mediação social" nos bairros, geralmente vinculados à ideia de melhoria da qualidade de vida e do meio ambiente local. Ver a esse respeito Laville (1992).

^{vi} É o caso por exemplo de uma dinâmica associativa onde a atividade da organização beneficia os próprios moradores de um bairro que participam também como membros da associação. Citamos aqui os exemplos, entre outros, das chamadas “Creches parentais”, ou ainda, o das “Régies de quartier” na França. A este respeito ver França (2001).

^{vii} Na França, por exemplo, existe aproximadamente o equivalente à metade do produto nacional bruto, ou mesmo três quartos deste, que não é apreendido pois corresponde a formas de produção que não tem tradução monetária (A.Insel, 1993). Sabemos ainda que grande parte desta economia doméstica ou economia dos cuidados é largamente praticado pelas mulheres.

^{viii} Apoiando-se no trabalho fundador de M.Mauss (“Essai sur le don. Forme et raison de l’échange dans les sociétés archaïques”, in *Sociologie et anthropologie*, coll. Quadrige, PUF, Paris, 1950), e em particular no conceito de dádiva, uma via paradigmática fecunda tem se desenvolvido na França numa perspectiva de refundação de certos pressupostos dominantes nas ciências sociais. Ela concentra uma crítica importante sobre o legado economicista que apoderou-se das ciências sociais. São os trabalhos do chamado Movimento Anti-Utilitarista nas Ciências Sociais, amplamente publicados e debatidos pela *Revue du MAUSS*, coordenada por Alain Caillé. Para uma leitura brasileira sobre este assunto, consultar dois artigos publicados na revista brasileira de ciências sociais, v.13, n.38, em outubro de 1998 : *Introdução à dádiva*, de J.T.Godbout, e, *Nem holismo nem*

individualismo metodológico. Marcel Mauss e o paradigma da dádiva, de Alain Caillé. Uma síntese importante deste paradigma é apresentado em França e Dzimira (1999 e 2000).

^{ix} Cabe portanto estendermos tal pesquisa a realidade brasileira de uma economia solidária. Esforço que já começa a ser empreendido (ver França, 2002), entretanto tal pesquisa não fora ainda concluída.

^x Na origem do comércio justo (aproximadamente no início da década de 70), encontra-se uma convergência entre ONGs do Sul (implicadas em iniciativas de organização popular) e associações ecológicas ou de defesa dos direitos humanos do Norte – tudo isto num contexto de queda dos preços das matérias-primas no comércio internacional.

^{xi} É o caso por exemplo na França da NEF (*Nouvelle Economie Fraternelle*), constituída enquanto banco em 1999, e da *Caisse Solidaire de Roubaix* desde 1996 - a primeira iniciativa neste país de uma sociedade financeira à vocação inteiramente solidária. Mas, a França não possui uma tradição de grandes bancos solidários como existe na Alemanha, Suíça, Bélgica, Inglaterra ou Holanda. Neste último, o exemplo da Triodos parece significativo: atuando em campos muito diversos, a Triodos tornou-se o principal investidor em parques eólicos no seu país. Este banco solidário financia ainda um quarto da alimentação biológica da Holanda.

^{xii} É o caso na França da ADIE ("Associação pelo direito à iniciativa econômica"), que financia micro-projetos individuais de criação de empresas por desempregados. A ADIE inspira-se amplamente do exemplo hoje considerado emblemático da *Grameen Bank* no Bangladesh (considerado como o primeiro banco para pobres do mundo) que apoia iniciativas de camponeses sem terra. Tentando responder a essa crítica, que situa a experiência da ADIE como relevando mais do registro de uma economia da inserção (à caráter assistencialista) do que propriamente uma economia solidária, M.Novak (fundadora desta experiência) considera que se trata de buscar uma terceira via entre o emprego clássico e a assistência: aquela do trabalho independente.

^{xiii} Esse é o registro próprio à chamada lógica da dádiva, tal como descrita por Marcel Mauss. Para uma distinção mais rigorosa entre lógica da dádiva e lógica mercantil, ver França e Dzimira (1999 e 2000).

^{xiv} C.Héber-Suffrin (1998), citado por Laville (1999).

^{xv} Esta rede reúne pesquisadores de 15 países da Comunidade Européia numa perspectiva de definição das características sociais, econômicas e políticas destas organizações.

^{xvi} Definição apresentada em Clément e Gardin (1999). A partir de uma tal definição (bastante formalista), e de certas características funcionais decorrentes, a OCDE oferece uma ampla variedade de exemplos podendo se inscrever neste conceito de empresa social: empresas de inserção francesas, empresas inserentes belgas ou finlandesas, cooperativas sociais italianas, cooperativas de trabalho associado espanholas, empresas de comunidades locais alemãs (ex-empresas alternativas), empresas comunitárias irlandesas ou escocesas (*Community Business*), empresas intermediárias britânicas (*Intermediaite Labour Markets Organizations*), empresas de inserção portuguesas, cooperativas de serviços sociais suecas, empresas comunitárias austríacas, empresas comerciais à finalidade social americanas (*Community based Business, Community Wealth Enterprises*), movimento comunitário quebequense, grupos comunitários neo-zelandeses, cooperativas mexicanas.

^{xvii} São aqui em particular as idéias desenvolvidas por J.-L.Laville e M.Nyssens, *L'entreprise sociale, éléments pour un approche théorique*, documento de trabalho redigido à partir de reflexões transversais da rede EMES, Paris, CRIDA, 1999.

^{xviii} A este respeito ver Borzaga e Mittone (1997), ou ainda, Pestoff (1998). É importante aqui de bem assinalar o termo "stakeholders", em alusão as pessoas enquanto partícipes de um interesse comum, no lugar de "stockholders", ou seja, dos acionários (ou pessoas enquanto acionárias). Este conceito (stakeholders) é particularmente importante, pois enfatiza a dimensão democrática do funcionamento da empresa, assim como, a idéia de utilização do lucro gerado para a finalidade de realização de objetivos sociais, ao invés de servir à remunerar o capital.

^{xix} Embora multiforme, este movimento aparece cada vez mais articulado. Na França por exemplo, várias redes associativas se afirmam como parte integrante do processo de construção e desenvolvimento de uma economia solidária, sendo inclusive signatárias de um "apelo em favor da abertura de um espaço para a economia solidária", publicado no jornal *Le Monde* de 18/06/97. Desde então, elas se reagruparam para constituir a Inter-Redes de Economia Solidária (IRES). Além de estruturado, este fenômeno conhece ainda um reconhecimento institucional crescente neste país, da parte do seu governo, cujo marco foi a criação da chamada Secretaria de Estado para a Economia Solidária, em março de 2000.